

Metodologia

Sumário

1. PONTOS DE INQUÉRITO	2
1.1. OS PONTOS DE ANTENOR NASCENTES	2
1.2. OS PONTOS DO ATLAS LINGUÍSTICO DA PARAÍBA.....	3
1.3. OS PONTOS DO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL.....	3
1.4. OS PONTOS DE O LINGUAJAR PARAIBANO.....	3
1.4.1. <i>Os pontos de inquérito e seus códigos</i>	4
2. OS INFORMANTES.....	5
2.1. OS INFORMANTES E SEUS CÓDIGOS.....	6
3. CONDIÇÕES FÍSICO-AMBIENTAIS DOS INQUÉRITOS	8
4. EQUIPAMENTOS, PROGRAMAS COMPUTACIONAIS, CARACTERÍSTICAS SONORAS	9
4.1. EQUIPAMENTOS	9
4.2. PROGRAMAS COMPUTACIONAIS.....	9
4.3. CARACTERÍSTICAS SONORAS	9
4.4. INQUÉRITOS.....	9
5. FORMATO FINAL DE APRESENTAÇÃO DO CORPUS.....	11
ANEXO A – MAPAS.....	12
ANEXO B – MODELO DE FICHA SOCIAL DO INFORMANTE	17
ANEXO C – MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DA VOZ E DA IMAGEM DOS INFORMANTES	20

1. Pontos de inquérito

Assim como nos estudos lexicográficos, a pesquisa fonética normalmente se constrói com base em especificações e procedimentos adotados por pesquisadores e projetos anteriores. Ao se pensar a dialetologia no Brasil, é necessário resgatar os estudos e as sugestões de Antenor Nascentes, que, mesmo produzidos em uma época em que a tecnologia ainda não permitia análises acústicas muito precisas, são de uma exatidão e de uma perspicácia pouco questionáveis.

O próprio Nascentes (1958)¹ reconheceu que, devido à vasta dimensão territorial brasileira, seria razoável pensar projetos dialetológicos regionais que, posteriormente, seriam unificados ou serviriam de base para a realização de um projeto maior. Alguns desses projetos já foram realizados, inclusive para o Estado da Paraíba (Aragão, 1984²; Hora e Pedrosa, 2001³).

Mais recentemente, o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALIB)⁴, ainda em desenvolvimento, incorporou alguns dos pontos geográficos de inquérito sugeridos por Nascentes, assumindo outros distintos. Esta Coleção *O Linguajar Paraibano*, como não poderia deixar de ser, considera as sugestões de Nascentes (1958), de Aragão (1984) e do ALIB quanto aos pontos de inquérito, prevendo a supressão de alguns e a inclusão de outros.

1.1. Os pontos de Antenor Nascentes

Nascentes (1958) sugere que os pontos de inquérito devem ser fixados no meio das regiões mais características de um determinado tipo de linguagem. Ao fazer suas indicações para o Estado da Paraíba, seleciona vários pontos em fronteiras territoriais e vários outros contíguos uns aos outros (cf. anexo A). É importante observar que os pontos indicados seriam apenas sugestões, devendo ser confirmados ou refutados pelos pesquisadores que melhor conhecem a região.

A numeração estabelecida por Nascentes é iniciada nos Estados do Noroeste do país, percorrendo o Nordeste, o Sudeste, o Sul e terminando no Centro-Oeste. Em cada Estado, a capital é considerada o primeiro ponto de inquérito. No caso da Paraíba, João Pessoa recebeu o número 1585.

No anexo A, as datas indicadas entre parênteses referem-se à data oficial da fundação do município. Evidentemente, em alguns casos, as primeiras povoações que geraram esses municípios remontam a várias décadas anteriores, como se pode observar no documento intitulado “Sobre os municípios”, neste volume.

¹ NASCENTES, A. **Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa, 1958.

² ARAGÃO, M. S. S. de. **Atlas linguístico da Paraíba**: cartas léxicas e fonéticas. 2v. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984.

³ HORA, D. da; PEDROSA, J. L. R. (orgs.). **Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba-VALPB**. 5v. João Pessoa: Idéia, 2001.

⁴PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL. Disponível em: <<http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/ALIB/WebHome>>. Acesso em: 30 out. 2012.

1.2. Os pontos do Atlas Linguístico da Paraíba

O trabalho desenvolvido por Maria do Socorro Silva de Aragão (1984) contemplou 25 pontos de inquérito ao longo de todo o território paraibano. A numeração foi estabelecida de leste para oeste e do norte para o sul, tendo João Pessoa recebido o número 1. Publicado em dois volumes, o *Atlas linguístico da Paraíba* apresenta as cartas léxicas e fonéticas, assim como a análise das formas e estruturas linguísticas encontradas. Embora, no segundo volume, tenha sido feita uma análise bastante exaustiva dos fenômenos tanto fonológicos quanto morfossintáticos, a própria limitação tecnológica da década de 1980 não permitiu uma análise acústica dos dados obtidos. Da mesma forma, não era objetivo estabelecer um vínculo explícito entre estruturas sintáticas e estruturas prosódicas.

Os pontos contemplados foram distribuídos entre as 12 microrregiões homogêneas definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Catolé do Rocha, Seridó Paraibano, Curimataú, Piemonte da Borborema, Litoral Paraibano, Cajazeiras, Depressão do Alto Piranhas, Cariris Velhos, Agreste da Borborema, Brejo Paraibano, Agropastoril do Baixo Paraíba, Serra do Teixeira.

A lista dos 25 pontos estabelecidos pode ser consultada no anexo A, contrastivamente aos sugeridos por Nascentes (1958) e pelo ALIB.

1.3. Os pontos do Atlas Linguístico do Brasil

Ao enumerar os pontos de inquérito a serem percorridos, o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALIB) agrupou os Estados em suas respectivas regiões geográficas. Em cada Estado, a numeração iniciou-se, em princípio, de Norte para Sul e de Oeste para Leste. As capitais, portanto, não receberam o primeiro número de ordem no Estado.

Caracterizando-se como um projeto que atende às expectativas de Nascentes, o ALIB assume uma metodologia de pesquisa inovadora em relação aos moldes tradicionais de um atlas linguístico. Além de dar especial atenção à variação lexical e, com ela, às variantes fonéticas dialetais, inclusive com uma parte especificamente dedicada às manifestações prosódicas, há a intenção de caracterizar acusticamente essas marcas dialetais e de estabelecer uma interface com a prosódia.

Os pontos do ALIB para o Estado da Paraíba podem ser consultados no anexo A, contrastivamente aos pontos sugeridos por Nascentes (1958) e por Aragão (1984).

1.4. Os pontos de O Linguajar Paraibano

O estabelecimento dos pontos de inquérito para a Coleção *O Linguajar Paraibano* sustenta-se nos pontos sugeridos por Nascentes (1958), por Aragão (1984) e pelo Projeto ALIB. Em princípio, contemplam-se os pontos estabelecidos tanto para o *Atlas linguístico da Paraíba* quanto para o Projeto ALIB, o que produz uma lista de 26

municípios. Da mesma forma que para o *Atlas linguístico da Paraíba*, a numeração foi estabelecida de leste para oeste e do norte para o sul, tendo João Pessoa recebido o número 1.

No anexo A, é possível visualizar a disposição dos municípios ao longo do Estado da Paraíba, assim como a data oficial de suas fundações. Maiores detalhes sobre cada município podem ser consultados no documento “Sobre os municípios”, neste volume.

1.4.1. Os pontos de inquérito e seus códigos

O padrão de codificação estabelecido para identificar os pontos de inquérito é constituído pelas letras **br**, minúsculas, indicando “Brasil”, seguidas das letras **PB**, maiúsculas, indicando a “Paraíba”, e de dois algarismos arábicos, indicando o ponto de inquérito.

No caso específico dos pontos de inquérito localizados no Agreste paraibano, os municípios envolvidos receberam a seguinte numeração:

- 01 - João Pessoa
- 02 - Mamanguape
- 03 - Belém
- 04 - Guarabira
- 05 - Itabaiana
- 06 - Esperança
- 07 - Campina Grande
- 08 - Umbuzeiro
- 09 - Cuité
- 10 - Barra de Santa Rosa
- 11 - Picuí
- 12 - Soledade
- 13 - Cabaceiras
- 14 - Serra Branca
- 15 - Congo
- 16 - Taperoá
- 17 - Monteiro
- 18 - Patos
- 19 - Catingueira
- 20 - Catolé do Rocha
- 21 - Pombal
- 22 - Princesa Isabel
- 23 - Sousa
- 24 - Itaporanga
- 25 - Cajazeiras
- 26 - Conceição

2. Os informantes

Para que os dados obtidos com os inquéritos sejam de fato representativos da variante dialetal que busca ser identificada, é necessário que os informantes sejam selecionados segundo critérios específicos. A especificidade da pesquisa de campo, no entanto, por vezes impõe adaptações sem as quais o trabalho não tem como se desenvolver. Idealmente, os informantes a serem entrevistados devem apresentar as seguintes características:

- a) ter nascido na localidade em que vive;
- b) não ter se ausentado dela por um período contínuo igual ou superior a 5 anos completos. Em se tratando de um informante escolarizado de nível superior, essa ausência contínua do seu local de nascimento não deve ultrapassar o período necessário para a conclusão do seu curso de graduação;
- c) seus pais devem também ter nascido na região em que vive;
- d) não pode apresentar problemas de dicção que interfiram na fluência oral ou na qualidade de pronúncia dos vocábulos;
- e) deve, de preferência, ser reconhecido pelo grupo social em que se insere como um seu típico representante, no nível dialetal.

Como é possível perceber a partir da análise das fichas sociais dos informantes (neste volume), nem todos atenderam a esses critérios, por razões de ordem diversa.

O contato com os informantes ocorreu por intermédio, principalmente, das Gerências de Ensino Estaduais. Foi solicitado aos gerentes ou aos funcionários por eles designados que convidassem pessoas da comunidade, respeitando-se as características acima, para participarem das entrevistas. Principalmente nos núcleos urbanos, uma das grandes dificuldades foi encontrar pessoas do terceiro grupo etário (acima de 60 anos de idade) com o nível de escolarização desejado (no caso, ensino médio completo). A maioria ou não possui o ensino médio completo ou já cursou o ensino superior. Em outros poucos casos, não houve o preenchimento de todos os representantes dos grupos etários por não serem conhecidos, pela equipe de apoio local, indivíduos com as características necessárias. Sempre que possível – tanto na zona urbana quanto na zona rural –, procurou-se preencher os grupos, ainda que alguns poucos informantes não se apresentassem segundo os critérios ideais. Nos casos em que esses critérios não tiveram como ser preenchidos de forma alguma, optou-se por entrevistar informantes que, por exemplo, mesmo não nascidos no local, eram originários das cercanias.

Assumindo uma metodologia sócio-variacionista, cada ponto de inquérito buscou contemplar 8 grupos de informantes, representados por pelo menos um indivíduo de cada sexo. Cada grupo foi assim caracterizado:

- a) **grupo 1a** – informantes adolescentes, com idades entre os 14 e os 17 anos, moradores no núcleo urbano (não-favela).
Nível de instrução: alfabetizados, com no máximo 11 anos de escolarização;
- grupo 1b** – informantes com as mesmas características do grupo 1a, mas moradores em favelas (no caso da capital) ou na zona rural;
- b) **grupo 2a** – informantes adultos, com idades entre os 25 e os 45 anos.
Nível de instrução: alfabetizados, com no máximo 11 anos de escolarização;

- grupo 2b** – informantes com as mesmas características do grupo 2a, mas moradores em favelas (no caso da capital) ou na zona rural;
- c) **grupo 3a** – informantes idosos, com idades acima dos 60 anos.
Nível de instrução: podem ser analfabetos, caso não se encontrem alfabetizados; se alfabetizados, com no máximo 11 anos de escolarização;
- grupo 3b** – informantes com as mesmas características do grupo 3a, mas moradores em favelas (no caso da capital) ou na zona rural;
- d) **grupo 4a** – (em casos excepcionais, fora da capital) informantes adultos graduados, com idades entres os 25 e os 50 anos.
Nível de instrução: superior completo;
- grupo 4b** – informantes com as mesmas características do grupo 4a, mas moradores em favelas (no caso da capital) ou na zona rural.
- e) **u** – na capital, informantes adultos graduados, representantes dos grupos 2 e 3. A letra “u” é acrescentada aos indicadores do grupo (p.ex.: 3au)
Nível de instrução: superior completo.

A expectativa seria a de que o quarto grupo de informantes integrasse os inquéritos apenas na capital estadual. No caso do terceiro grupo, informantes não-alfabetizados foram entrevistados na zona urbana apenas – e apenas – caso não tenham sido encontrados alfabetizados. Devido às especificidades da zona rural, foi necessário desconsiderar o nível de escolaridade de todos os grupos.

2.1. Os informantes e seus códigos

O padrão de codificação estabelecido para identificar os informantes é constituído:

- pela letra **g**, minúscula, significando “grupo”, seguida de um dos algarismos “1”, “2”, “3” ou “4”, e por uma das letras “a” ou “b”, caracterizadores do grupo a que pertence o informante;
- pelas letras **M** ou **F**, maiúsculas, indicando tratar-se de um informante masculino ou de um informante feminino;
- por dois algarismos, caracterizadores do número do informante naquele ponto de inquérito;
- um sinal de sublinhado, indicando a separação do código do informante em relação ao código de sentença que lhe será subsequente.

A título de exemplificação: o código **g1bM01** indica tratar-se de um informante pertencente ao grupo 1 (adolescentes), morador na zona rural ou em favela (apenas no caso da capital estadual), do sexo masculino, tendo recebido a numeração “01”.

brPB01_g1M01

brPB01_

g1bM01

(ponto de inquérito)

(informante)

3. Condições físico-ambientais dos inquéritos

Para os inquéritos desenvolvidos tanto na zona urbana quanto na zona rural, desenvolveram-se as entrevistas nas residências dos próprios informantes.

Por não ser possível, nesse tipo de trabalho de campo, encontrar ambientes ideais que permitam, por exemplo, um isolamento acústico, procurou-se diminuir ao mínimo possível efeitos de eco e de ruídos externos durante as gravações. Evidentemente, nem sempre isso foi possível, o que contribuiu para que a qualidade de alguns arquivos sonoros não fosse muito elevada. Detalhes sobre a qualidade sonora dos arquivos de áudio podem ser consultados nos documentos “Características dos áudios / tópicos abordados / zona urbana” e “Características dos áudios / tópicos abordados / zona rural”, neste volume.

4. Equipamentos, programas computacionais, características sonoras

4.1. Equipamentos

Prevendo-se a possibilidade de o material gerado durante os inquéritos servir à produção de vídeos culturais, optou-se por registrar audiovisualmente todos os informantes. Foi utilizada uma filmadora marca Panasonic, modelo AG-HMC70, de alta definição, montada em um tripé. À filmadora foi acoplado um microfone ultracardioide, marca Yoga, modelo HT-81.

4.2. Programas computacionais

Para a separação do sinal acústico do sinal de vídeo, utilizou-se o programa computacional Vegas Movie Studio HD Platinum⁵.

Para a transcrição das entrevistas, utilizou-se o Transcriber⁶, um programa de segmentação, etiquetagem e transcrição de discurso.

4.3. Características sonoras

Todos os arquivos sonoros foram gerados com um canal (mono) e a frequência de amostragem de 44100Hz. Maiores detalhes sobre a qualidade individual dos arquivos podem ser consultados nos documentos “Características do áudio das entrevistas / tópicos abordados / zona urbana” e “Características do áudio das entrevistas / tópicos abordados / zona rural”, neste volume.

4.4. Inquéritos

A formulação de um protocolo de pesquisa também na área da fonética e da fonologia deve buscar atingir, idealmente, a naturalidade e a espontaneidade da fala. Quanto mais espontâneo o registro acústico da oralidade, maior a possibilidade de esse registro refletir a realidade linguística do informante. No entanto, inúmeras são as dificuldades na obtenção desse tipo de registro, desde os princípios éticos que devem nortear a coleta dos dados até o nervosismo do informante em situações que não são as suas naturais.

⁵ SONY. Movie Studio Platinum. Versão 10.0. [S.l.]: Sony, [S.d.]. 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.sonycreativesoftware.com/moviestudiope>>. Acesso em: 30 out. 2012.

⁶ BARRAS, C. **Transcriber**: a tool for segmenting, labeling and transcribing speech. Esta versão não está mais disponível *online*, tendo sido substituída por TranscriberAG. Disponível em: <<http://transag.sourceforge.net/>>. Acesso em: 03 out. 2012.

Com a intenção de gerar um corpus que atendesse tanto à perspectiva fonético-fonológica quanto à perspectiva sintático-semântica, optou-se pela realização de entrevistas livres. Entende-se como “entrevista livre” aquela cujo objetivo é permitir ao informante manifestar-se com o mínimo de direcionamento. Trata-se de um momento em que a espontaneidade do entrevistador deve inspirar o informante, permitindo-lhe, inconscientemente, assumir uma postura semelhante.

Considerando-se que, de uma forma geral, as sociedades possuem um conjunto bastante rico de tradições, as entrevistas livres foram conduzidas de forma a explorar as manifestações culturais da macrorregião e/ou da microrregião geográfica do informante. Procurou-se topicalizar as entrevistas em torno das lendas, dos folguedos religiosos, das tradições familiares. Também, em torno das características físico-sociais da região, das atividades cotidianas e suas dificuldades, das atividades economicamente produtivas, dos papéis individuais na família, da criação/educação das crianças, da medicina natural e espiritual. Os tópicos abordados em cada entrevista podem ser consultados nos documentos “Características do áudio das entrevistas / tópicos abordados / zona urbana” e “Características do áudio das entrevistas / tópicos abordados / zona rural”, neste volume.

Ao final de cada entrevista, preencheu-se a ficha social de cada informante, cujo conteúdo passível de publicação pode ser consultado nos documentos “Ficha social dos informantes / zona urbana” e “Ficha social dos informantes / zona rural”, neste volume. O modelo completo dessa ficha encontra-se no anexo B.

Foi também solicitada a autorização do informante para a utilização de sua voz e de sua imagem para fins acadêmicos. O modelo de autorização encontra-se no anexo C.

5. Formato final de apresentação do corpus

Na consolidação de um corpus oral, normalmente se apresenta à comunidade acadêmica apenas as transcrições dos inquéritos. No entanto, nenhuma transcrição é capaz de transmitir todas as nuances de fala. O ideal, portanto, é que os pesquisadores tenham acesso primordialmente aos arquivos sonoros gerados, devidamente acompanhados das transcrições.

Os volumes da Coleção *O Linguajar Paraibano* cumprem esse preceito. Optou-se pela divulgação do corpus em um formato multimidiático, disponibilizando-se tanto os arquivos sonoros quanto as transcrições dos inquéritos. Os arquivos sonoros podem ser consultados por meio de qualquer programa computacional para esse fim, ou com o uso do programa de transcrição utilizado, o Transcriber. A opção por este último, que se encontra disponível neste volume, permite o acompanhamento simultâneo do áudio e do texto, facilitando, por exemplo, a identificação de detalhes fonéticos de interesse do pesquisador. Caso o interesse se concentre sobre os aspectos semânticos e discursivos dos inquéritos, é possível consultar diretamente as suas transcrições, disponíveis em formato PDF, com todos os trechos devidamente marcados cronologicamente, o que permite a sua localização nos arquivos sonoros.

A metodologia utilizada na transcrição dos inquéritos pode ser consultada no documento “O processo de transcrição – fases e convenções”, disponível neste volume.

Anexo A – Mapas

Os mapas apresentados a seguir foram disponibilizados pelo IBGE⁷ (com adaptações). O primeiro mapa destaca os pontos de inquérito sugeridos por Antenor Nascentes, em 1958; o segundo, os sugeridos por Maria do Socorro Silva de Aragão, em 1984, no seu *Atlas Linguístico da Paraíba*; o terceiro, os contemplados pelo ALIB – Atlas Linguístico Brasileiro; o quarto, os que serão a base para a formação do corpus da Coleção *O Linguajar Paraibano*.

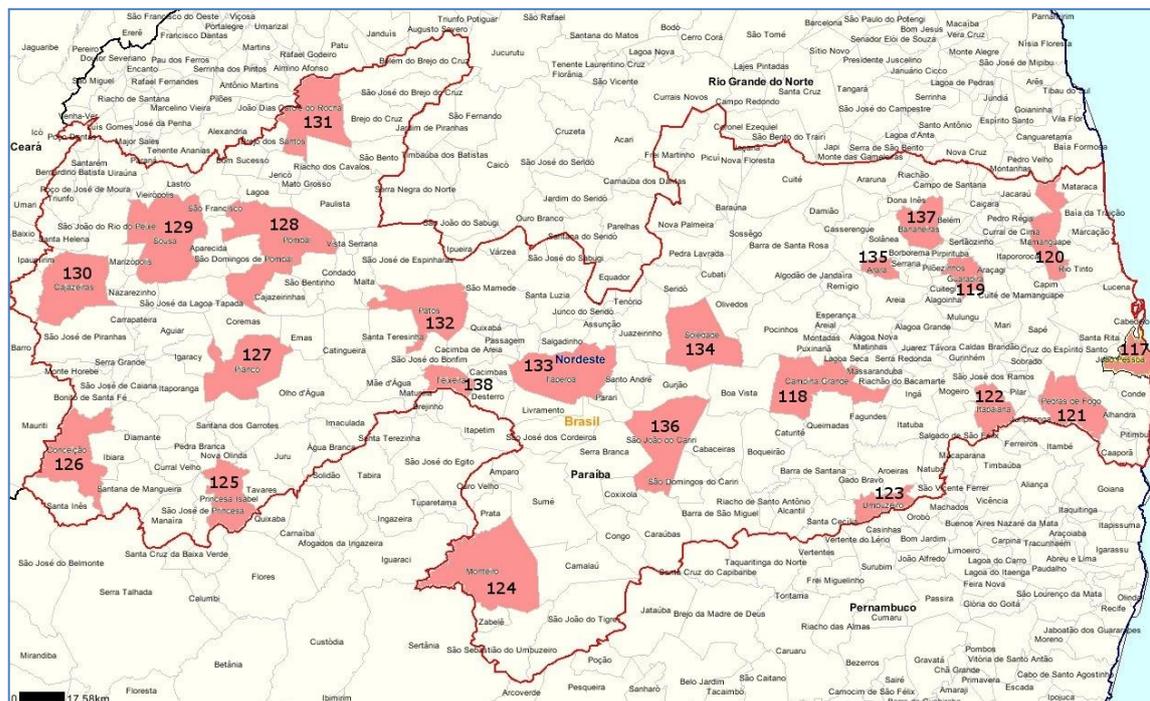
A datação após o nome dos municípios indica o ano de sua fundação/emancipação. Nos casos de dupla datação, a primeira indica o ano das primeiras ocupações; a segunda, a da sua emancipação propriamente dita.

No quarto mapa, a legenda já incorpora a codificação do ponto de inquérito a ser assumida no na Coleção *O Linguajar Paraibano*.

A ortografia de cada município segue a utilizada pelo IBGE.

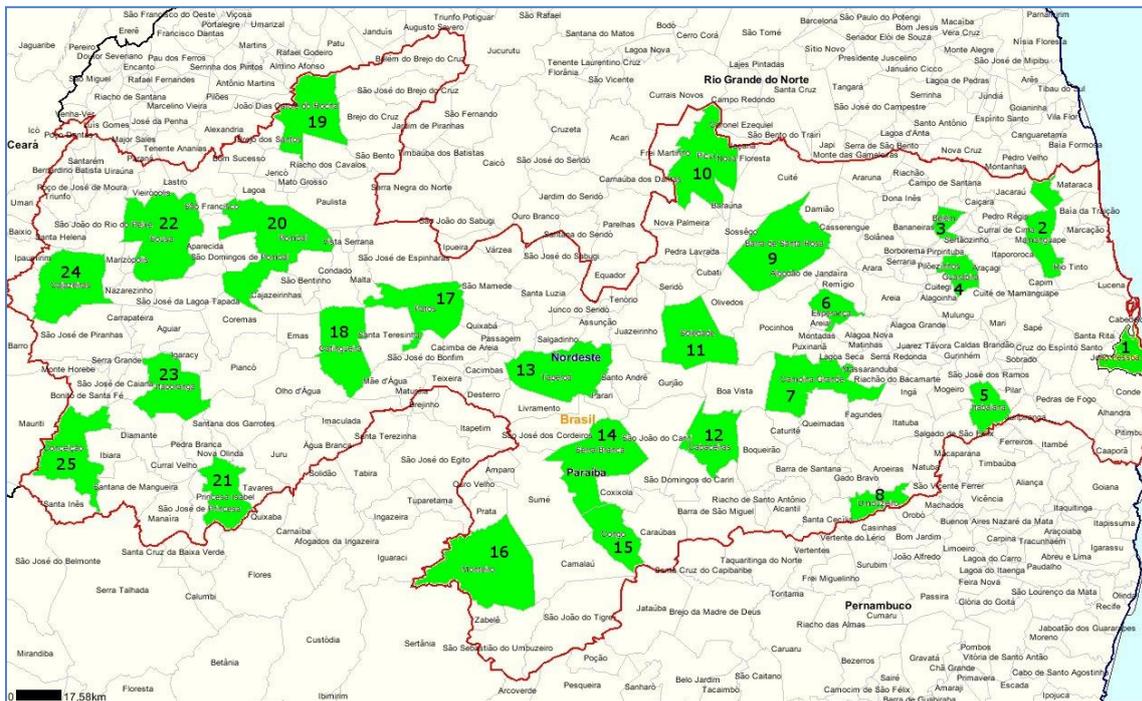
⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2012.

Mapa 1 – Pontos de inquérito sugeridos por Nascentes (1958) para a Paraíba



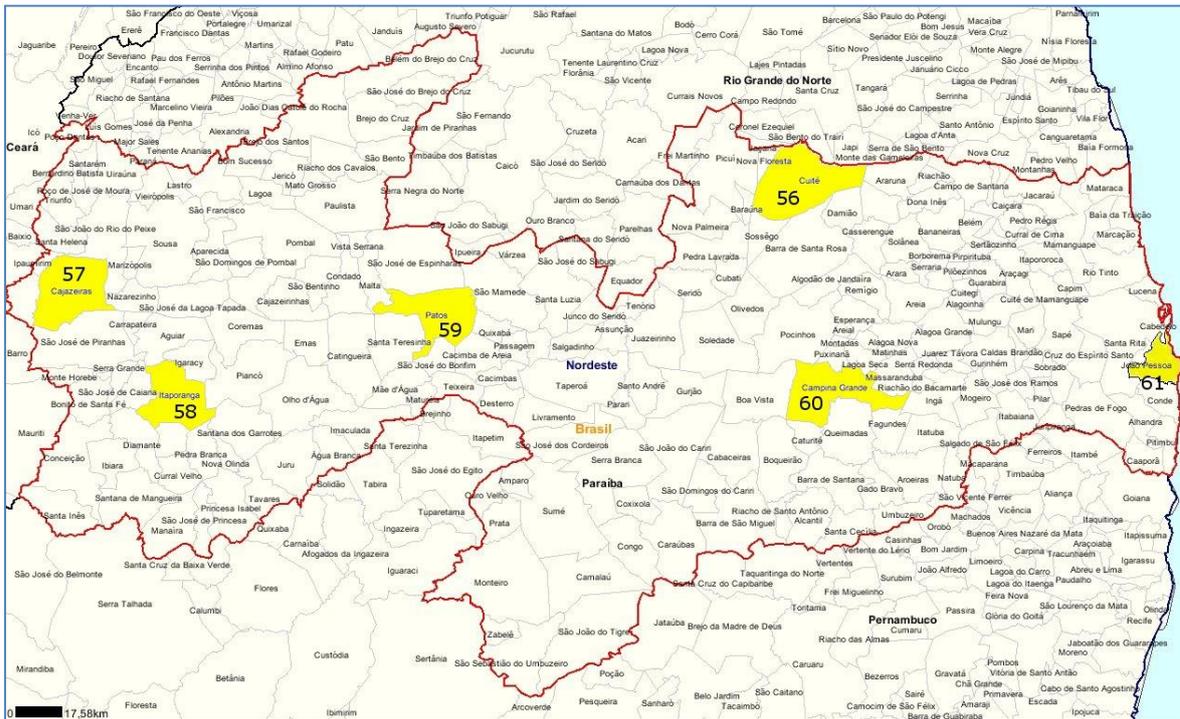
117. João Pessoa (1585) 118. Campina Grande (1788) 119. Guarabira (1837) 120. Mamanguape (1839) 121. Pedras de Fogo (1953) 122. Itabaiana (1890) 123. Umbuzeiro (1890) 124. [Alagoa do] Monteiro (1872) 125. Princesa (Isabel) (1880) 126. Conceição (1881) 127. Piancó (1831) 128. Pombal (1766) 129. Sousa (1766) 130. Cajazeiras (1863) 131. Catolé do Rocha (1835) 132. Patos (1832) 133. Batalhão (renomeado para Taperoá) (1886) 134. Soledade (1885) 135. Areia (1815) 136. São João do Cariri (1800) 137. Bananeiras (1833) 138. Teixeira (1859)

Mapa 2 – Pontos de inquérito na Paraíba utilizados por Aragão (1984)



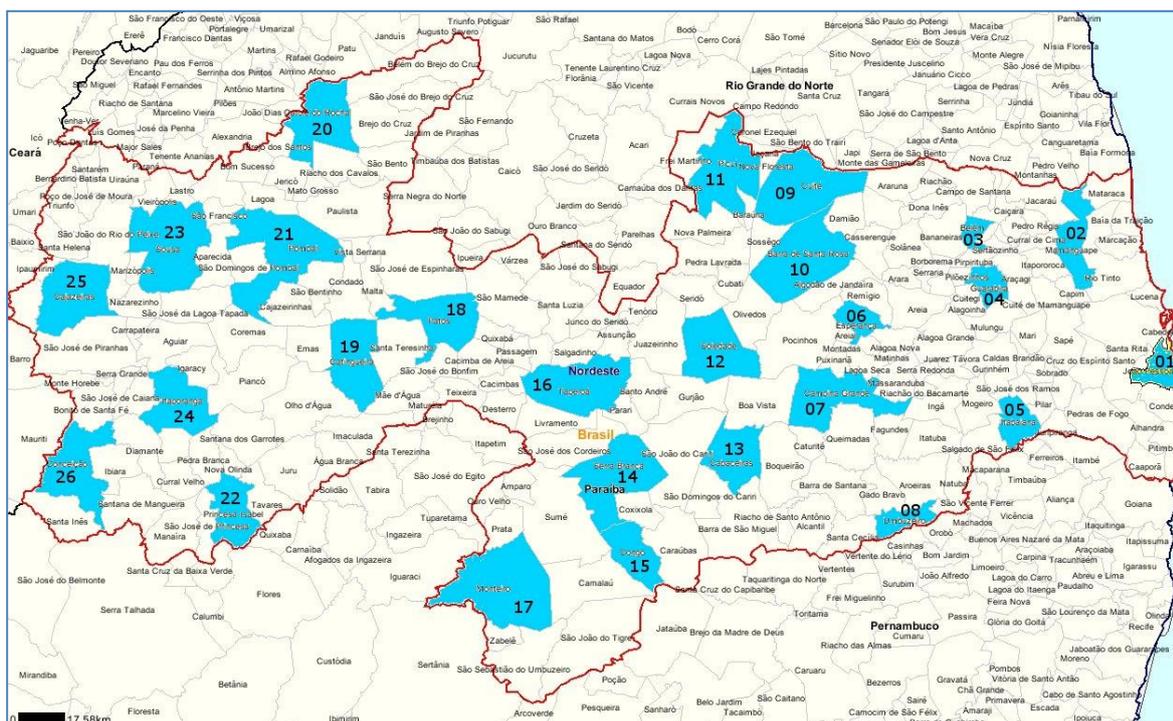
1. João Pessoa (1585)
2. Mamanguape (1839)
3. Belém (1918; 1957)
4. Guarabira (1837)
5. Itabaiana (1890)
6. Esperança (1925)
7. Campina Grande (1788)
8. Umbuzeiro (1890)
9. Barra de Santa Rosa (1880; 1959)
10. Picuí (1704; 1902)
11. Soledade (1885)
12. Cabaceiras (1665)
13. Taperoá (1886)
14. Serra Branca (1820; 1960)
15. Congo (1930; 1959)
16. Monteiro (1872)
17. Patos (1832)
18. Catingueira (1745)
19. Catolé do Rocha (1835)
20. Pombal (1766)
21. Princesa Isabel (1880)
22. Sousa (1766)
23. Itaporanga (1765; 1863)
24. Cajazeiras (1863)
25. Conceição (1881)

Mapa 3 – Pontos de inquérito na Paraíba utilizados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil



56. Cuité (1936) 57. Cajazeiras (1863) 58. Itaporanga (1938) 59. Patos (1832) 60. Campina Grande (1788) 61. João Pessoa (1585)

Mapa 4 – Pontos de inquérito na Paraíba utilizados na Coleção O Linguajar Paraibano



brPB01. João Pessoa (1585) **brPB02.** Mamanguape (1839) **brPB03.** Belém (1918; 1957)
brPB04. Guarabira (1837) **brPB05.** Itabaiana (1890) **brPB06.** Esperança (1925) **brPB07.**
 Campina Grande (1788) **brPB08.** Umbuzeiro (1890) **brPB09.** Cuité (1936) **brPB10.** Barra
 de Santa Rosa (1880; 1959) **brPB11.** Picuí (1704; 1902) **brPB12.** Soledade (1885)
brPB13. Cabaceiras (1665) **brPB14.** Serra Branca (1820; 1960) **brPB15.** Congo (1930;
 1959) **brPB16.** Taperoá (1886) **brPB17.** Monteiro (1872) **brPB18.** Patos (1832) **brPB19.**
 Catingueira (1745) **brPB20.** Catolé do Rocha (1835) **brPB21.** Pombal (1766) **brPB22.**
 Princesa Isabel (1880) **brPB23.** Sousa (1766) **brPB24.** Itaporanga (1765; 1863) **brPB25.**
 Cajazeiras (1863) **brPB26.** Conceição (1881)

Anexo B – Modelo de Ficha Social do Informante

FICHA DE ENTREVISTA

FICHA IDENTIFICADORA

Código do Informante:

Nome completo:

Data de nascimento: ____/____/____

Local de nascimento:

Domicílios sucessivos (em número de anos):

.....

.....

Domicílio atual:

Profissões sucessivas:

.....

Profissão atual:

Situação familiar (casado, solteiro etc.):

filhos, idade, escolarização:

.....

Estudos (precisar até que idade e que tipo de estudos):

.....

Línguas faladas:

Pai do informante:

ano de nascimento:

local de origem:

profissão:

estudos:

línguas faladas:

Mãe do informante:

ano de nascimento:

local de origem:

profissão:

estudos:

línguas faladas:
Esposa, marido, outro:
ano de nascimento:
local de origem:
profissão:
estudos:
línguas faladas:
tempo de convivência (meses, anos):
Pessoas que desempenharam um papel importante na aprendizagem do português
(avós, babá etc.):
Tipo de alojamento do entrevistado (casa, apartamento etc.):
Convivência no bairro, relações de vizinhança:
Atividades culturais, diversão, viagens:
.....
Outras informações:
.....
.....
.....

INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA

Nome do(a) entrevistador(a) 1:
Nome do(a) entrevistador(a) 2:
Data(s) de realização, duração:
Local da entrevista (casa, escola etc.):
Localidade:
Coordenadas geográficas:
Relação entrevistador/entrevistado (especificar):
() profissional:
() amizade:
() familiar:
() outra:
Observações sobre a gravação:
.....
Havia outras pessoas presentes? Quais?

.....
Ordem da gravação (indicar o número de ordem nos parênteses):

- () leitura das sentenças
- () leitura do texto
- () entrevista livre
- () entrevista dirigida – narrativa emocionada
- () entrevista dirigida – descrição de uma cena
- () entrevista dirigida – relato de procedimento

Principais temas abordados:

.....

Qualidade da gravação:

Outras observações (intervenções de outras pessoas, chamadas telefônicas etc.):

.....

.....

.....

.....

Anexo C – Modelo de autorização para uso da voz e da imagem dos informantes

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, consinto na utilização da minha voz e da minha imagem, registradas para o projeto universitário “O Linguajar do Sertão Paraibano – patrimônio linguístico-cultural”, pelo(a) entrevistador(a) _____.

Tenho conhecimento de que:

- a) esse uso se fará para fins científicos e de divulgação do idioma, quer por meio impresso, quer por meio digital, quer por meio televisivo;
- b) terei acesso a qualquer publicação que utilize os dados gerados durante a(s) entrevista(s) que concedi, bastando, para isso, fazer uma solicitação.

_____, _____ de _____ de 20____.

Entrevistado(a)

Entrevistador(a)